Dossiê de Corrupção - Luiz Lindbergh Farias Filho

Data: 04/06/2025

Introdução

Este dossiê apresenta informações públicas e comprovadas sobre condenações e investigações envolvendo Luiz Lindbergh Farias Filho, com base em fontes confiáveis e decisões judiciais.

1. Condenações por Improbidade Administrativa

1.1 Contratação Irregular de Parentes de Ex-Vereador

- Período: 2005 a 2007, durante sua gestão como prefeito de Nova Iguaçu (RJ).
- Acusação: Nomeação de 11 parentes do ex-vereador José Agostinho para cargos comissionados na prefeitura.
- Condenação (dez/2023 - TJ-RJ):
  - Multa de R$ 640 mil.
  - Suspensão dos direitos políticos por 5 anos.
  - Devolução de valores recebidos indevidamente.
- Fonte: https://www.poder360.com.br/brasil/justica-mantem-condenacao-de-lindbergh-farias-por-improbidade

1.2 Omissão na Prestação de Contas de Convênio com o FNDE

- Período: 2007.
- Acusação: Não prestação de contas de um convênio de R$ 174 mil com o FNDE.
- Condenação (dez/2018 - Justiça Federal):
  - Multa de 12 salários como prefeito.
  - Proibição de contratar com o poder público por 3 anos.

- Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-12/justica-federal-condena-lindbergh-por-improbidade-administrativa

2. Acusações de Recebimento de Propina da Odebrecht

- Período: campanhas eleitorais de 2008 e 2010.
- Acusação: Recebimento de R$ 4,5 milhões em propina segundo delações da Odebrecht.
- Detalhes:
  - Codinomes: "Lindinho" e "Feio".
  - Repasse feito pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.
- Situação: sem condenação até o momento.
- Fonte: https://veja.abril.com.br/politica/lindbergh-levou-propina-de-45-milhoes-de-reais-diz-odebrecht

3. Outras Investigações

- Contratos emergenciais de coleta de lixo em 2009 (R$ 14,1 milhões) sem licitação.
- Acusação: favorecimento a empresas específicas.
- Medida: indisponibilidade de bens determinada pela Justiça.
- Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lindbergh_Farias

Resumo

- Duas condenações confirmadas por improbidade administrativa.
- Citações em delações premiadas da Lava Jato sem condenações até o momento.
- Medidas cautelares em andamento relacionadas a contratos públicos suspeitos.